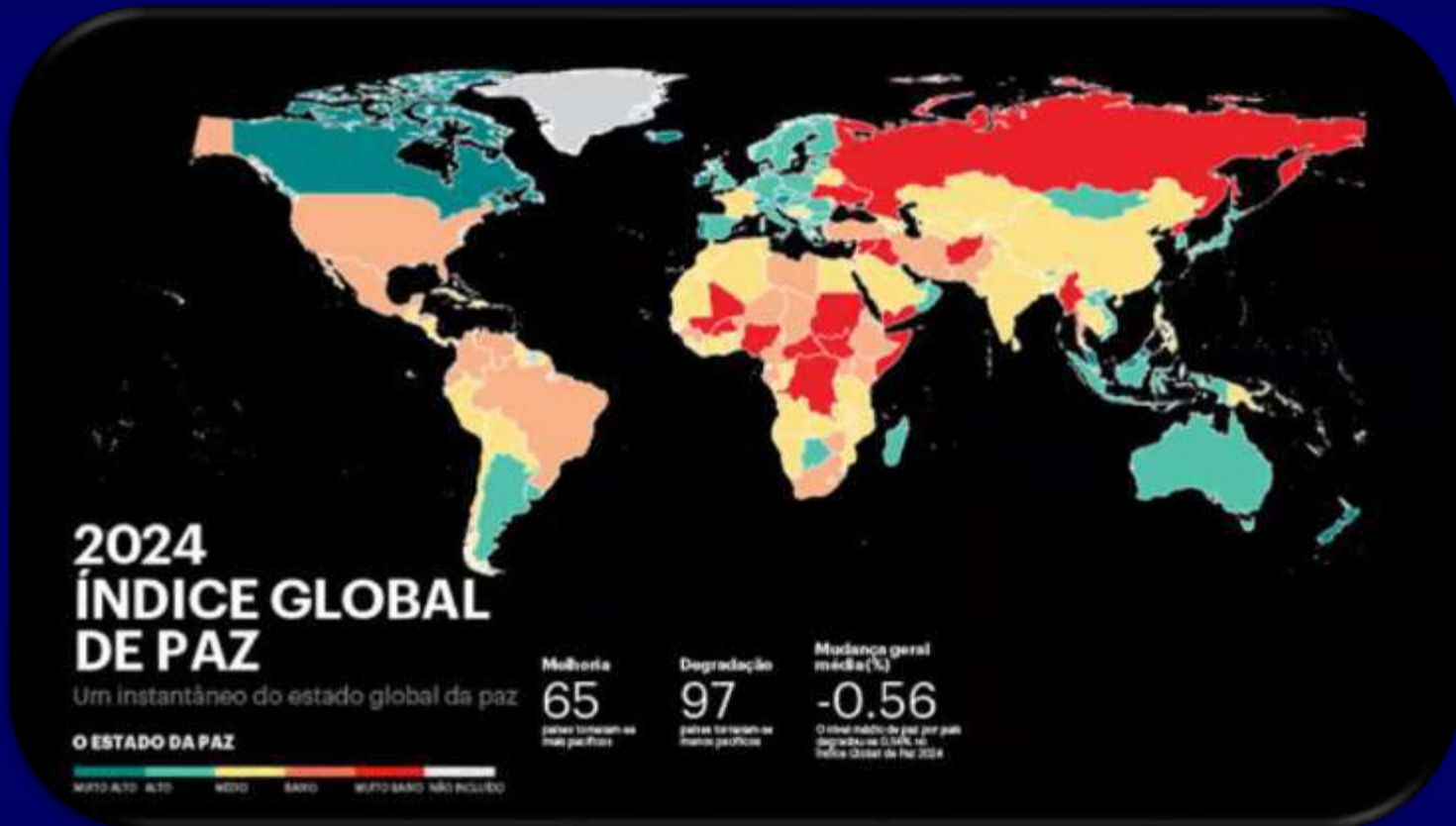


Assembleia da República

Protocolo entre a AEDAR e a AACDN

"O CEDN e os Desafios do Tempo Presente"



Fonte: <https://www.dn.pt/internacional/recordes-pos-1945-de-paises-envolvidos-em-conflitos-portugal-continua-o-7-o-mais-pacifico-do-mundo>

Lisboa, 27 de janeiro de 2025

João Vieira Borges

- 1. Introdução**
- 2. Do CEDN 2013**
- 3. Da Resolução 13/XV de 18Mai23**
- 4. Dos Desafios do Tempo Presente**
- 5. Das Consequências para o CEDN**
- 6. Considerações finais**

1.Introdução





O “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” (RCM 10/85, 9/94, 6/2003 e 19/2013)

-1985: “Reintegração” de Portugal na NATO; Espanha como “adversário”; **Unidade do território e preservação da identidade;** áreas de intervenção (política geral; económica, social e cultural; política externa; político-militar, interna e externa).

-1994: Fim da Guerra-Fria; Portugal na Europa; **Novas fronteiras;** Tudo é defesa; profissionalização das FA; conceitos de acção estratégica nos planos de política externa, política interna e militar.



O “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” (RCM 10/85, 9/94, 6/2003 e 19/2013)

-2003: 11Set01 e ameaças globais; **multiplicidade das fronteiras (mais ténues entre a segurança interna e a externa) e EEIN**; orientações gerais; Portugal assumidamente euro-atlântico...

-2013: Crise económica e financeira; **Novos atores mundiais e reorientação estratégica dos EUA**; **Portugal euro-atlântico (+Europa e -Atlântico)**; Portugal no Mundo; conceitos de ação estratégica; estratégia diplomática, económica, militar...



CONCEITO ESTRATÉGICO
DE DEFESA NACIONAL

Os 7 capítulos do CEDN 2013:

- I. Introdução;**
- II. Fundamentos da Estratégia de Segurança e Defesa Nacional;**
- III. Contexto Internacional;**
- IV. Portugal no Mundo;**
- V. Contexto Nacional;**
- VI. Conceito de Acção Estratégica Nacional;**
- VII. Uma Estratégia Nacional do Estado;**

3. Da Resolução 13/XV de 18 Mai 23



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Resolução n.º 13/XV

A Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na sua redação atual, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 7.º que cabe ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) definir as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, sendo, por isso, parte integrante da política de defesa nacional. Antes da sua aprovação, o CEDN é precedido pelo debate e aprovação na Assembleia da

-O Mundo em mudança.

-A Guerra regressou à Europa, na Ucrânia;

-Desafios à ordem internacional liberal e à democracia;

-Em causa os nossos valores e interesses.

-Bussola Estratégica da UE;

-Conceito Estratégico da NATO.

A proposta de Grandes Opções do CEDN visa contribuir para a adaptação da Defesa Nacional e das Forças Armadas às necessidades da próxima década. Adota-se uma visão prospetiva e de inovação, que incorpora as novas realidades da segurança global e regional, em particular, aquelas que afetam a segurança do continente europeu, do Atlântico e de outros espaços vitais para a nossa defesa coletiva. Numa área de soberania como a da Defesa Nacional, tão influenciada por rápidas e significativas mudanças tecnológicas e geopolíticas, é fundamental apontar prioridades adequadas aos desafios do nosso tempo.

Assim:

Nos termos da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de resolução:

3.Da Resolução 13/XV de 18Mai23

-Introdução

-Um Mundo em Mudança

-Portugal Europeu, Atlântico e Global: uma visão estratégica

-Desafios Estratégicos à Segurança de Portugal

-Para a Autonomia Estratégica de Portugal

1.Defender Portugal e os Portugueses;

2.Reforçar a posição internacional de Portugal;

3.Reforçar a resiliência nacional;

4.Investir no conhecimento, na tecnologia e na inovação;

5.Modernizar as Forças Armadas;

6.Valorizar e qualificar os seus profissionais;

7.Consolidar uma cultura de segurança e defesa.

3. Da Resolução 13/XV de 18 Mai 23

Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Introdução

O quadro estratégico mudou radicalmente nos últimos anos. A competição entre as grandes potências, a erosão da ordem multilateral e a crise pandémica precederam a invasão da Ucrânia pela Rússia, que marca o fim da paz europeia. Essas mudanças, que condicionam a segurança e a defesa de Portugal, tomam imperativa a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

A política internacional passou a ser dominada pela polarização entre os Estados que defendem e os que contestam os princípios de legitimidade da ordem internacional. Portugal, a Europa, o conjunto das democracias e grande parte da comunidade internacional defendem os princípios da Carta das Nações Unidas, a soberania e a integridade territorial dos Estados, uma ordem multilateral assente no primado do direito internacional e numa economia aberta que possa assegurar o progresso e o desenvolvimento sustentado à escala global. Essa ordem está a ser posta em causa pelas potências que violam a soberania, a integridade territorial dos Estados e os Direitos Humanos para imporem as suas posições unilateralmente e pela força.

Nesse contexto, Portugal precisa de melhorar as capacidades nacionais em todos os domínios que sustentam a sua autonomia estratégica e de fortalecer a sua posição como um parceiro indispensável na UE e na OTAN. No mesmo sentido, deve rever as suas prioridades nos domínios da segurança e da defesa e modernizar as Forças Armadas, que precisam dos meios necessários para exercer a soberania e defender o território nacional, respeitar os compromissos com os aliados e confirmar o estatuto de Portugal como produtor de segurança internacional.

Para Portugal, a concertação estratégica entre os Estados Unidos, a OTAN e a UE é indispensável para restaurar a credibilidade da ordem multilateral, consolidar as condições da segurança transatlântica e da defesa europeia e reforçar a solidariedade entre as democracias.

As Forças Armadas Portuguesas, cujas missões prioritárias são a defesa de Portugal, a proteção e o apoio à projeção externa dos interesses nacionais, contribuem para a segurança e a defesa coletiva dos seus Aliados e Parceiros e participam em missões militares internacionais das Nações Unidas, da OTAN e da UE. O aumento do investimento em defesa até 2% do PIB de acordo com o compromisso assumido no quadro da OTAN, é indispensável para a modernização e a sustentação das capacidades militares e a melhoria das condições do serviço militar.

Defender Portugal e os Portugueses

- a) Garantir a soberania, a independência nacional, a integridade territorial, o regular funcionamento das instituições e a segurança e liberdade dos portugueses;
- b) Adotar uma postura estratégica credível e melhorar as capacidades de defesa e de resiliência, a fim de dissuadir ou deter, no quadro do sistema de alianças, qualquer ameaça externa ou transnacional;



4. Dos desafios do Tempo Presente

- “Tabuleiro Mundial” heteropolar, dominado pela Trilogia EUA-Rússia-China e pela Geoeconomia, com deslocalização do centro de gravidade do poder mundial do Atlântico para a Ásia-Pacífico;
- **Revolução digital e biotecnológica, com novos “Aceleradores da Mudança” (globalização, demografia, tecnologia, etc.);**
- Economia como “determinante” da Política e da Estratégia;
- **Ameaças e riscos transnacionais secundarizados (terrorismo; crime organizado; proliferação de ADM; pirataria marítima; ciberameaças; alterações climáticas; pandemias, guerra híbrida, busca de recursos...),**
- “Imigração” a marcar a agenda dos populistas : *clash* entre Norte “Rico mas Velho” e Sul “Pobre mas Jovem” (num Mundo + urbano, + envelhecido, + desigual);



4. Dos Desafios do tempo presente

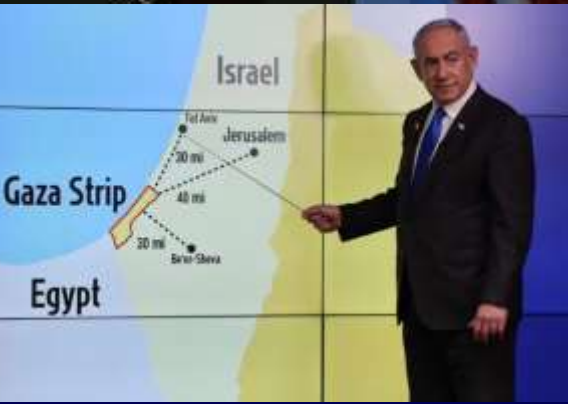
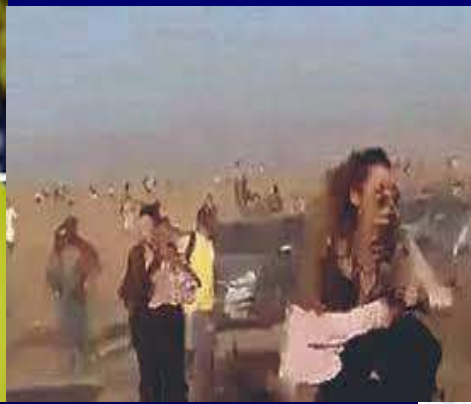
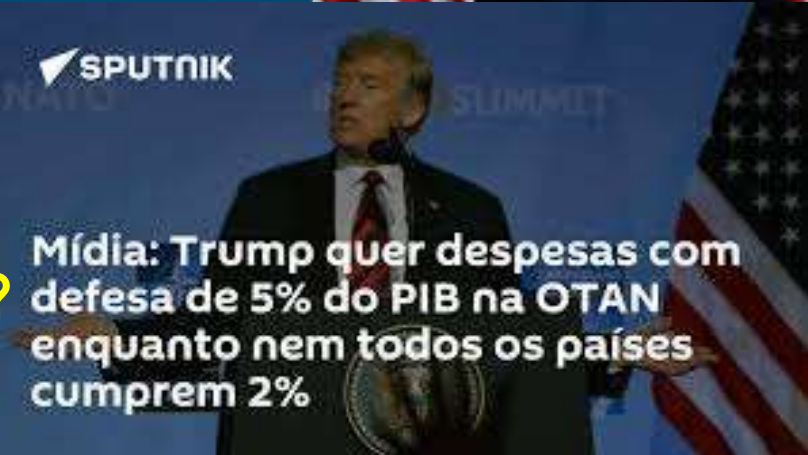
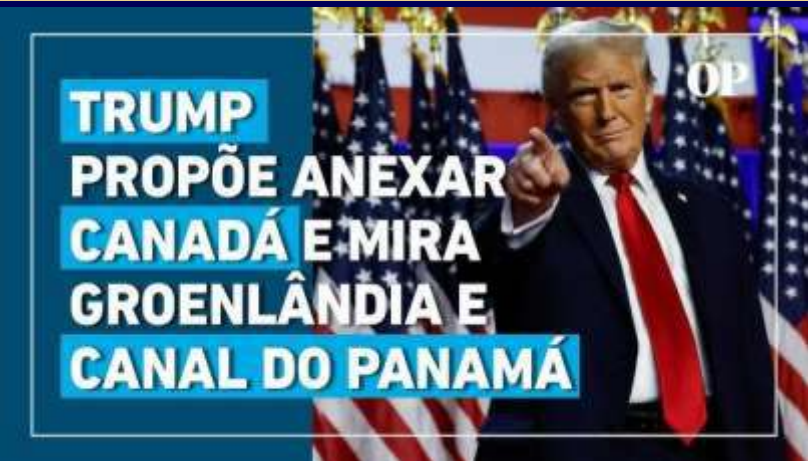
- **A “competição estratégica” global (EUA-CHINA-RÚSSIA)**
 - **O imperialismo e revisionismo Russo [Ucrânia...]**
 - **A concorrência e ambições da China [Taiwan...]**
 - **A incerteza dos EUA de Trump [UE e NATO...]**
- **As “ameaças compartilhadas”**
 - **Explosão demográfica**
 - **Alterações climáticas**
 - **Recursos estratégicos**
 - **Terrorismo transnacional**
 - **Desinformação e contra-informação**
 - **Tecnologias emergentes e disruptivas**
 - **Ameaças híbridas**
 - **Ciberameaças**
 - **Pandemias**
 - **Cabos submarinos**
 - **Pirataria**
 - **ADM**

As mudanças no controle militar da Ucrânia



4. Dos Desafios do tempo presente

- *Que Paz para a Ucrânia?
- *Que Paz para a Palestina?
- *Que postura de Trump para os “aliados” UE e NATO?
- *56 conflitos (92 países). Que Nova Era?



5. Das Consequências para o CEDN

1. Acompanhar o posicionamento político-estratégico dos EUA relativamente à UE e à NATO (aliado/competidor). E *Sul Global*?
2. Investir nas FA, em material e pessoal (SM?), de acordo com os compromissos com a UE e a NATO (para além dos 2% PIB) e com as capacidades (que nível de ambição?);
3. Desenvolver a base tecnológica e industrial de defesa;
4. Investir nos recursos no Mar (e segurança marítima), Ciberdefesa, informações, desinformação, drones e espaço...
5. Reforçar a ligação da SI à DN (meios e instrumentos);
6. Desenvolver instrumentos não militares: I&D, transição digital, modernização tecnológica, sustentabilidade ambiental, competitividade da economia, dependência energética, resiliência das instituições, formação em cidadania...

6. Considerações finais

-O Mundo Mudou. Mudou o geopolítico, o geoestratégico e o geoeconómico. Mudaram as relações de poder. Mudou a importância de determinados espaços. Estão a mudar as regras, num Mundo mais inseguro e incerto...

-Portugal precisa de uma “Visão de Futuro” (pós Ucrânia), com ambição, sustentada no Mar, na competitividade, na I&D, no reforço da S&D, na Formação das Pessoas e na sua Especificidade Geopolítica (e interesses). Já contemplada na Resolução 13/XV, que necessita de atualizações de enquadramento internacional e de pequenas alterações...

- MAS, é importante rever a CRP na área da S&D (conceito de Segurança Nacional alargado – e criação do CSN) e alterar o CEDN de RCM para LO, enquanto “Estratégia de Segurança e Defesa Nacional”.

6. Considerações finais



“A Segurança é uma condição prévia para o crescimento sustentável...”

“O sector da Defesa é também um motor essencial da inovação para toda a economia...”

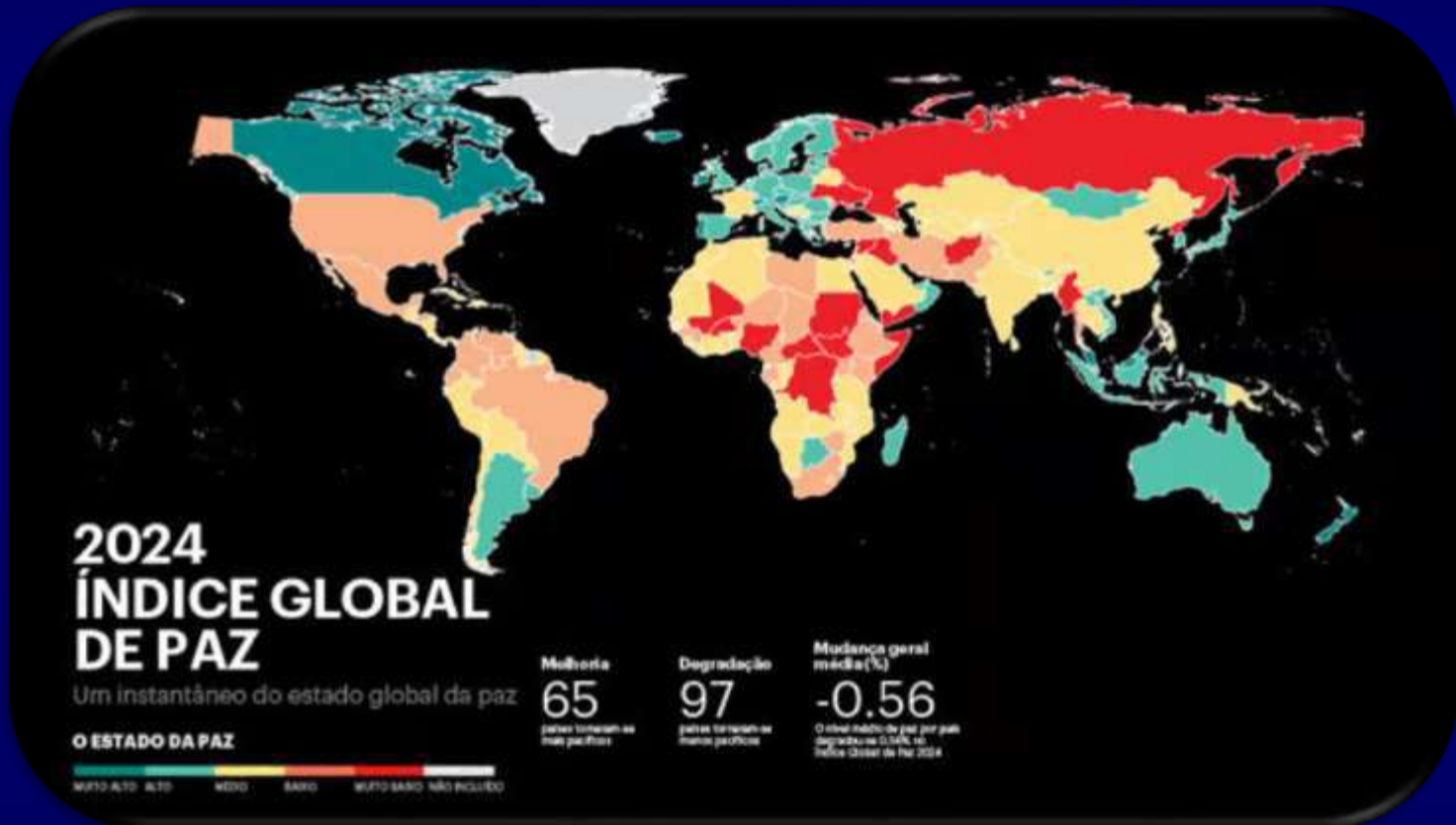
(Relatório Mario Draghi)

Na Europa e em Portugal...

Assembleia da República

Protocolo entre a AEDAR e a AACDN

"O CEDN e os Desafios do Tempo Presente"



Fonte: <https://www.dn.pt/internacional/recordes-pos-1945-de-paises-envolvidos-em-conflitos-portugal-continua-o-7-o-mais-pacifico-do-mundo>

Lisboa, 27 de janeiro de 2025

João Vieira Borges